

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2023 a 31/10/2023

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/13

201.2023	Sessão Ordinária - CD	10/10/2023-16:00
Publ.: DCD - 10/11/2023	Zé Neto-PT -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a instalação da fábrica de carros elétricos BYD na Bahia, chamando-a de vitória para o Estado e para o Brasil. Com um investimento de 3 bilhões de reais, o projeto deverá criar 5 mil empregos no Estado e incentivar investimentos em outras regiões do País. O Parlamentar destacou o papel do Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e do Presidente Lula, além do apoio do Ministro da Casa Civil, Rui Costa, e do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, para a concretização desse empreendimento. Também salientou que o projeto torna o Brasil mais competitivo na indústria automotiva e aponta para um ganha-ganha entre diferentes Estados após a reforma tributária.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, na Bahia, nós demos um passo muito importante relacionado à tecnologia, à indústria automotiva baiana e brasileira.

A ida da BYD para a Bahia é um passo gigantesco. É importante que tenhamos no Brasil essa fábrica, que é a líder mundial em carros elétricos. Trata-se de um investimento de 3 bilhões de reais. Esse é um investimento extraordinário para o nosso Estado e, obviamente, para o nosso País.

Sr. Presidente, esse é um momento para que todos possamos comemorar. Não é só uma vitória, Sr. Presidente, do nosso Estado, não é só um vitória da nossa Bahia, é uma vitória de todo o Brasil.

Vamos ter um centro de produção de tecnologia, e três fábricas serão construídas no nosso Estado. Isso é fruto de um grande esforço realizado pelo nosso Governador Jerônimo Rodrigues, que teve o apoio decisivo do Presidente Lula, que teve o apoio decisivo do Ministro da Casa Civil, Rui Costa, Sr. Presidente Leo Prates, que neste momento preside a Casa Legislativa

da Câmara.

Eu diria, Sr. Presidente, que geraremos 5 mil empregos na Bahia. Também geraremos, Deputado Guilherme Boulos, com a BYD, a condição de as montadoras de São Paulo e de outros Estados se inclinarem a fazer investimentos nas plantas de carro elétrico, o que gerará mais empregos em todo o Brasil.

Lembro que há um ganha-ganha. Houve aqui, nesta Casa, uma disputa entre o Estado de São Paulo e os Estados do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, em torno da questão relacionada à política de garantia para que essas empresas automotivas se instalassem nos Estados do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte. Parece-me que agora, graças a Deus, as coisas estão resolvidas, porque o ganha-ganha vem na medida em que haverá mais competitividade com a reforma tributária. O ganho vai se dar no Estado onde é vendido o veículo.

Eu não podia aqui deixar de agradecer ao Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que esteve na Bahia como Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Quero agradecer, mais uma vez, ao Governador Jerônimo e dizer que a Bahia está feliz, que o Brasil também está feliz.

Vamos que vamos com a BYD!

Documento 2/13

201.2023	Sessão Ordinária - CD	10/10/2023-16:40
Publ.: DCD - 10/11/2023 -	Daniilo Forte-UNIÃO -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a necessidade de reestruturar a economia brasileira, enfrentando desafios econômicos, como a diminuição das receitas de arrecadação. Ressaltou a importância das reformas tributárias e orçamentárias para viabilizar o crescimento econômico e a eficiência no uso das emendas parlamentares. Enfatizou a necessidade de um debate amplo no Congresso Nacional para garantir a transparência e agilidade na execução das emendas, promovendo o fortalecimento das atividades parlamentares.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar da comoção do momento que o mundo atravessa, todos nós estarecidos diante dessa amargura, dessa tragédia humana que se repete, que é a guerra, nós temos a nossa guerra interna, a nossa guerra pela sobrevivência, a nossa guerra de um

país que precisa se reestruturar diante dos desafios que o momento nos impõe.

O Brasil tem atravessado um momento de dificuldade econômica. Todos nós estamos presenciando isso. Todos nós estamos trabalhando diuturnamente para tentar ajudar na solução, na construção de uma pauta econômica que seja capaz de viabilizar a retomada de um crescimento econômico efetivo e compartilhado por todos os brasileiros. Digo isso porque o crescimento econômico que nós temos nos números da economia se dá muito mais em setores específicos da nossa economia que não contribuem sequer, com sua participação majoritária, com a arrecadação tributária do País. Isso quer dizer que a diminuição, conseqüentemente, nos últimos 3 meses, das receitas de arrecadação do País é um fato que precisa ser resolvido e que passa, necessariamente, por uma nova formatação econômica.

Dentro dessa formatação econômica, nós temos duas peças legislativas que são muito importantes. Uma delas é a reforma tributária, que está em conclusão no Senado da República, que nós já votamos aqui e será muito importante para o impulsionamento da economia, na medida em que dará privilégios para quem quer produzir, para quem quer gerar emprego, para quem quer fazer investimentos. E ela distribuirá de forma mais democrática a arrecadação tributária, exatamente de onde vem o consumo, que são das regiões mais pobres do nosso País.

E a este Congresso cabe a discussão daquilo que é basilar. O Congresso, o Parlamento foi constituído para fazer o orçamento — o orçamento do rei e da rainha, durante o império inglês, que, depois, foi se aperfeiçoando, evoluiu para a democracia e, inclusive, para o parlamentarismo.

Algumas das dez maiores democracias do mundo, entre elas oito países, têm no parlamentarismo a sua gestão, o seu sistema de governabilidade.

O Brasil avançou muito na democratização, na transparência, na participação popular com a Constituinte de 1988, que deu ao Congresso Nacional um papel que antes lhe tinha sido negado, até porque vivíamos num período de regime fechado, de regime militar, de regime autoritário. E, diante da perspectiva que nos foi outorgada pela Constituição de 1988, tivemos a oportunidade de ver avançar, no Congresso Nacional, o seu papel preponderante de construir políticas públicas e, a partir dessa construção, fazer um orçamento cada vez mais próximo da população brasileira. Essa é a nossa função.

Eu sou muito grato tanto ao Presidente Arthur Lira quanto à Senadora Daniella Ribeiro por me darem a incumbência de ser Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu me deparei esta semana com duas matérias jornalísticas, uma entrevista de um Parlamentar e hoje um artigo escrito no jornal *Folha de S.Paulo*, em que se questionam exatamente os avanços que nós tivemos com relação ao

empoderamento do Poder Legislativo e à criação de políticas públicas.

Cada vez mais, este Congresso Nacional se diz presente na vida, no cotidiano das pessoas. Ano passado, pela primeira vez, nós levamos para dentro das casas das famílias brasileiras a discussão sobre o que são os impostos, o quanto nocivos são para diminuírem, inclusive, o poder de compra das pessoas. Votamos, pela primeira vez, uma lei que reduziu os impostos dos combustíveis, da energia, da telefonia celular, da Internet, e, dessa forma, sobrou dinheiro no bolso da população, o que foi capaz, inclusive, de aumentar a dinamização da atividade econômica, gerando crescimento econômico, criando um embarrilamento no processo inflacionário que se constituía naquele momento. Agora nos é dado outro momento. O momento é de buscar harmonizar o Orçamento do País com a responsabilidade que nós temos de ter um orçamento enxuto. Chega de ficção! Chega do orçamento inflacionado, inchado, em que, muitas vezes, se busca abrigar todas as demandas e todos os desejos do Poder Executivo. De forma contínua, tem-se, no contingenciamento, uma seletividade sobre o que vai ser empenhado, sobre o que vai ser pago, sobre o que vai ser liberado ou não.

Há uma angústia generalizada no Parlamento brasileiro, porque esse cronograma não tem priorizado as emendas parlamentares. É comum um Deputado, Deputada, Senador, Senadora reclamar que suas emendas que foram colocadas no Orçamento nem sequer foram empenhadas. A grande maioria delas não foi paga ainda este ano — e nós já estamos no meio de outubro —, porque há priorização, muitas vezes, por gastos que podem ser ou não supérfluos ou desnecessários, que impedem a aplicação na priorização das emendas parlamentares. E esse debate precisa ser feito pelo Congresso Nacional.

Por mais que o Relator, Deputado Danilo Forte, sozinho, na Comissão de Orçamento, queira na LDO impor uma norma capaz de atender a essa demanda do Parlamento, ela só vai se consolidar se tiver a abrangência de abrigar a mobilização das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados e das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores. É dessa forma que nós temos capacidade de construir um orçamento mais participativo.

Eu não tenho dúvida alguma de que a emenda parlamentar não é algo genérico, que possa ser descartada do cotidiano inclusive dos entes federados. Nós sabemos a importância que é a emenda parlamentar no setor da saúde, onde somos obrigados a colocar 50% das nossas emendas, o que tem trazido como retorno exatamente a melhoria significativa do atendimento à saúde, principalmente nos Municípios brasileiros, haja vista o que aconteceu no enfrentamento da pandemia da COVID-19 em tempos passados. Foi dessa forma que houve uma melhoria tanto no atendimento das ações de saúde por todos os Estados brasileiros como também nos investimentos em equipamentos hospitalares, seja na reforma, seja na construção de novos hospitais, seja no aparelhamento, seja no investimento em novos hospitais.

De novo, o Congresso Nacional tem a oportunidade de criar uma nova política pública.

Muito se tem falado do *bullying*, da agressão que muitas vezes as crianças com deficiência sofrem, até mesmo dentro da escola, como foi noticiado aqui em Brasília. Nós estamos, inclusive, inovando no Orçamento de 2024, porque vamos ter uma política integrada para atender as crianças com deficiência, principalmente as crianças autistas, criando núcleos integrados de atenção às crianças com deficiência, criando uma política de atendimento pelo neuropediatra, passando pelo psicólogo, pedagogo, nutricionista, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, por meio do esporte, da dança, dentro de um atendimento compartilhado, para dar segurança às crianças, para dar conforto às famílias e para dar principalmente a inclusão social tão necessária às crianças. Também avançamos no que diz respeito ao empreendedorismo feminino, no que diz respeito à questão do agro, que hoje é o grande sustentáculo da nossa economia, buscando garantir os investimentos, seja para o seguro, seja para a assistência técnica, seja para a integração da energia renovável, da energia solar, com os projetos de irrigação.

O que não podemos nesse processo é depreciar a importância das emendas parlamentares. O Parlamento está aprendendo, tem feito cada vez mais e cada vez melhor o Orçamento Federal. É dentro dessa perspectiva que nós temos que aumentar a transparência e agilizar a execução. Isso passa necessariamente por um debate sobre o que pode e o que não pode ser contingenciado, sobre a construção de um cronograma de desembolso, tanto para os empenhos financeiros como para o pagamento dessas emendas, fundamentalmente, pela transparência necessária para o Parlamentar que faz a oferta da sua emenda e que faz a busca da execução, a melhor possível, para essa emenda. Essa eficiência só vai ser garantida se houver um amplo debate em todos os segmentos do Congresso Nacional.

Essa é uma discussão que não pode ser conduzida apenas por um núcleo de Deputados Líderes ou por um núcleo de Deputados que forma a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO. Essa é uma discussão do Congresso Nacional, porque é ela que vai fortalecer as atividades parlamentares. Dentro da busca dessa consolidação, o Parlamento Brasileiro dará um passo ainda mais significativo, consolidando as suas...

(Desligamento do microfone.)

Documento 3/13

209.2023 Publ.: DCD - 10/19/2023 -	Sessão Ordinária - CD Zé Neto-PT -BA BREVES COMUNICAÇÕES	18/10/2023-15:52 BREVES COMUNICAÇÕES
--	---	--

Sumário

O Deputado saudou os representantes do Instituto Federal de Alagoas, destacando a importância da educação técnica. Ele defendeu o diálogo e a abordagem humanitária para solucionar conflitos internacionais, mencionando os esforços do Presidente Lula nesse sentido. Destacou a previsão do FMI de que o Brasil se tornará a nona economia do mundo em 2023, refletindo a recuperação econômica do País e o equilíbrio institucional. Por fim, instou o Congresso Nacional a entregar a reforma tributária, visando aprimorar o sistema tributário para acompanhar o crescimento econômico global.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também queria saudar os representantes do Instituto Federal de Alagoas. No Brasil inteiro, os institutos federais têm de nós todo o respeito. Sejam bem-vindos! Continuem enfrentando as dificuldades e avançando, para que tenhamos a cada dia uma melhor qualificação da nossa educação, dos nossos cursos técnicos e tecnológicos.

Sr. Presidente, temos vivido uma grande turbulência com essa guerra inesperada que só vai ter solução se enveredarmos pelo caminho do diálogo e pelo caminho humanitário, que é o que o Presidente Lula vem tentando fazer. Hoje, infelizmente, os Estados Unidos não entenderam o que nós estamos a propor. Apenas os Estados Unidos não compreenderam que é preciso criar condições humanitárias para que a paz prevaleça e se retome o caminho dos diálogos. É preciso fazê-lo. Nós sabemos das dificuldades que vive o mundo. Israel tem que entender que do outro lado também há um Estado, e, é óbvio, todos têm que se juntar para enfrentar o que vem sendo feito pelo Hamas. Pelo caminho do Hamas não vai se resolver essa guerra, por ataques totalmente fora do padrão e da responsabilidade. Temos que entender que o caminho é sempre o caminho do diálogo e o caminho humanitário, que é o caminho que o Presidente Lula tem proposto.

Mas, Sr. Presidente, nós tivemos uma notícia boa esta semana. O FMI prevê que o Brasil se torne a nona economia do mundo em 2023. Essa é a máxima de que o Brasil de fato voltou. O Brasil voltou para o mundo. O Brasil estabeleceu um novo padrão de confiança. Nós estamos reestruturando o nosso crescimento com estabilidade, dialogando, distantes de qualquer processo ideológico, com todos os países do mundo, fazendo nosso PIB avançar. Esse é o tom de um desenvolvimento real.

No começo do ano, em abril, havia a previsão de que o Brasil ficaria entre os dez primeiros países do mundo, no décimo lugar. Mas o Brasil avançou muito nos últimos meses, e a previsão atual já nos coloca na nona posição. O Brasil ultrapassa a Rússia e o Canadá e, já bem encostadinhos nos demais países, a perspectiva é que no ano que vem ultrapassemos também a Itália, passando à posição de oitava economia do mundo. Isso não é qualquer coisa. Em menos de

2 anos, teremos evoluído três casas no mundo econômico. Isso nos dá credibilidade internacional e nos dá condições de avançar tanto internamente como externamente, com serenidade e previsibilidade. Acima de tudo, é importante que se diga — porque às vezes o xinga-xinga nos faz esquecer algumas coisas — que, para que o Brasil tenha o perfil que tem hoje, é preciso equilíbrio interno, sustentação institucional e garantias que passam pelo Judiciário. Críticas podem ser feitas, mas o equilíbrio do País depende de que todos os Poderes funcionem e tenham credibilidade, como hoje vemos no Brasil.

Cabe agora à nossa Casa, Sr. Presidente, à Câmara dos Deputados e ao Senado, ao Congresso Nacional, entregar a reforma tributária. A previsão do Presidente Pacheco era que isso acontecesse agora, no mês de outubro. Vamos nos empenhar, a partir da semana que vem, para que de fato em outubro o texto seja enviado à Câmara, já que ainda haverá modificações, e para que nós possamos, distantes de disputas menores, encaixar o setor produtivo nacional, encaixar a nossa economia, encaixar a nossa formulação tributária neste bom momento que vive o Brasil em âmbito internacional. É hora de pensar no Estado brasileiro, e esse é um caminho que nós temos que trilhar a partir da aprovação de um novo parâmetro tributário. Essa será a nossa grande tarefa nos próximos dias, daqui até o mês de novembro. Esperamos tanto que o Senado devolva para a Câmara a matéria como que a Câmara entregue ao Brasil uma reforma tributária de consumo do tamanho e com a modernidade e expressão que o País merece.

Documento 4/13

214.2023	Sessão Ordinária - CD	24/10/2023-15:24
Publ.: DCD - 10/25/2023	Joseildo Ramos-PT -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado compartilhou visão otimista sobre a economia brasileira, destacando melhorias perceptíveis nos últimos meses. Afirmou que, apesar dos altos juros, o crescimento econômico supera as previsões iniciais, ultrapassando os 3,5% do PIB. Ressaltou a importância da segunda etapa da reforma tributária, que visa beneficiar aqueles que têm capacidade de contribuir mais. Apontou sinais positivos, como a redução da inflação, a diminuição do desemprego, o aumento do consumo das famílias e a revisão do endividamento, incluindo programas governamentais bem-sucedidos como o Desenrola Brasil. Enfatizou que o Brasil está testemunhando um ambiente de negócios favorável e expressou confiança de que o desemprego continuará reduzindo. O orador elogiou o Presidente Lula por suas ações e lembrou seu

papel na viabilização da PEC da Transição, essencial para o orçamento atual do País.

O SR. JOSEILDO RAMOS (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o sentimento do povo brasileiro em relação à economia brasileira, quando faltam 2 meses e 1 semana para acabar o ano, é o de que o Brasil melhorou, e as oportunidades na economia, também.

Baseado em quê? Independentemente do patamar em que se encontram até hoje os juros, pilotados por Campos Neto — que faz um desserviço enorme para o crescimento do PIB brasileiro neste ano —, o chamado mercado precificou que a economia crescerá em torno de 0,5%, quando, neste momento, as previsões destacam que o crescimento vai passar dos 3,5% do PIB ou mais, em que pese os juros estarem em patamar estratosférico, puxando a economia para trás.

A segunda etapa da reforma tributária é muito importante, porque mexe naquele ambiente dos que podem pagar mais, daqueles que não são alcançados hoje pelo sistema tributário nacional.

Olhe bem o conjunto de informações positivas: a inflação decresce; o desemprego diminui; o consumo das famílias avança; há a revisão do endividamento — o Programa Desenrola Brasil é uma decisão do Governo com que 7 entre 10 brasileiros estão satisfeitos. Com isso, aumentam a liquidez e o consumo, e o final do ano será muito bom. O otimismo cresce e o pessimismo diminui.

No final do ano, nossa querida Presidenta, nós vamos testemunhar um ambiente para negócios muito bom neste País e, com certeza, o Brasil vai seguir diminuindo o desemprego. Mas também não haverá nenhuma justificativa para que o Banco Central não diminua os juros reais, que estão totalmente descolados da realidade da macroeconomia nacional.

Nesse sentido, está na hora de o povo verificar que Lula tem feito o dever de casa. É bom lembrar que, antes de tomar posse, Lula viabilizou nesta Casa a PEC da Transição, sem a qual não poderíamos executar o orçamento, que seria um orçamento de faz de conta no País.

Portanto, parabéns ao Governo!

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.173, de 2023, que dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior. Ademais, criticou o governo federal por medidas que aumentam os gastos públicos tais como a ampliação do número de Ministérios, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de Transição, o arcabouço fiscal e a reforma tributária, onerando o cidadão por meio da elevação da carga tributária.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho mais uma vez pedir que esta matéria seja rejeitada, por uma simples razão: o Governo quer arrecadar mais para gastar mais.

O Governo começou este mandato mostrando a que veio. Aliás, desde o final do ano passado, quando nem tinha assumido, já estava buscando, de todas as formas, mais recursos para gastar mais. Aumentaram, ampliaram o número de Ministérios para 37. Para isso, tiveram que fazer a PEC da Transição, que furava o teto de gastos, colocaram um dispositivo para acabar com o teto de gastos via lei complementar, aprovaram esse monstro que foi o "calabouço fiscal", aprovaram uma reforma tributária horrível, que atrela o aumento do gasto público ao aumento da receita e agora busca formas de aumentar essa receita. Como faz isso? Cada vez mais assaltando o cidadão brasileiro.

O cidadão brasileiro que paga imposto demais muitas vezes vê como alternativa fazer investimentos no exterior. Nem isso agora o Governo deixa em paz. A lógica que eles plantam é esta: *"Estamos aqui tributando os super-ricos, porque isso é necessário para corrigir injustiças. Vamos fazer com que eles paguem também essa conta"*. Que conta? A conta de Lula e "Espanja" viajando para o exterior, a conta do "Janjão", o avião que Lula quer comprar, de 400 milhões. O Governo não corta na carne!

Essa lógica de que *"os ricos são os grandes vilões, e vamos combater a desigualdade social"*, isso é balela, gente! O que nós devemos combater é a pobreza, e não a desigualdade social. Ser rico não é crime, ganhar dinheiro não é crime. Pelo contrário. Eu desejo que todos sejam ricos, que todos ganhem dinheiro, fruto do seu trabalho.

Mas não. Querem construir a cultura de que quem ganha dinheiro é bandido, é criminoso e deve pagar a conta do pobre. Na verdade, o que eles querem é cada vez mais dinheiro para todos os luxos e gastos exorbitantes deste desgoverno. É uma sanha que nunca se viu.

Conversem com as pessoas nas ruas. Todas falam: *"Eu não aguento mais"*. O empresário fala: *"Eu não aguento mais pagar imposto. A minha empresa vai*

falir".

Tudo isso é fruto de um desgoverno incompetente que quer saquear o povo.

Documento 6/13

216.2023	Sessão Ordinária - CD	25/10/2023-19:28
Publ.: DCD - 10/26/2023 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.173, de 2023, que dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior. Ademais, criticou o governo Lula, acusando-o de iludir a população e o Parlamento com medidas tributárias destinadas a aumentar a arrecadação sem beneficiar o cidadão. Além disso, repudiou a ampliação do número de ministérios e a reintrodução de impostos sobre combustíveis e medicamentos. Criticou ainda a celeridade da tramitação da reforma tributária, que foi aprovada sem pleno conhecimento dos Deputados.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, povo brasileiro, observem o que o desgoverno Lula está tentando aprovar, mais uma vez, enganando boa parte do Parlamento, em especial, a população brasileira. Já não bastam todas as promessas de campanha que ele fez e desfez quando assumiu a caneta.

Vamos lembrar, porque o desgoverno Lula só pensa em arrecadar mais. E não é para devolver para o povo, mas para manter a sua mordomia, para manter 39 Ministérios com os que vai criar agora — no início, eram 23 Ministérios. Os impostos sobre combustíveis voltaram a ser cobrados e os impostos sobre medicamentos voltaram a ser cobrados. E a reforma tributária, aprovada aqui às pressas — eu fiz um desafio, de cinco Deputados, quais sabiam o que estavam votando, e não apareceu um —, está no Senado parada. Estávamos corretos. Há várias outras medidas que já foram aprovadas neste semestre, Srs. Parlamentares, todas só com interesse de arrecadar mais e mais.

Os senhores acham que os super-ricos serão atingidos por essa matéria? Ora, eles podem se mudar. Eles podem se mudar e não vão ser taxados pelo Brasil. Isso é óbvio. O que está no papel é diferente do que eles estão falando. É para enganar os Parlamentares. Prestem atenção! Deem o voto contrário em respeito ao povo brasileiro. Vai beneficiar em que a população brasileira? Em nada. Entendam, o desgoverno Lula gasta mais do que arrecada. Então, ele quer tampar esse buraco fiscal da irresponsabilidade desse desgoverno que está

acabando e sangrando o País.

O que vai acontecer, na prática, se aprovarmos essa matéria irresponsável? As pessoas que produzem no Brasil vão sair do País, obviamente. Que empresário vai querer pagar mais impostos? E quem vai ser prejudicado? A classe social mais vulnerável, que o desgoverno Lula bate no peito e diz defender. Mentira! Essas pessoas serão prejudicadas com mais essa medida. E não se enganem, até o fim do ano esse rombo das contas públicas do País, porque o Governo gasta mais do que arrecada, vai chegar próximo dos 200 bilhões de reais.

Faço um apelo ao Parlamento brasileiro para que vote "não". Essa taxação é só para arrecadar e o desgoverno Lula, gastar, gastar e gastar.

Documento 7/13

216.2023	Sessão Ordinária - CD	25/10/2023-19:36
Publ.: DCD - 10/26/2023 -	Merlong Solano-PT -PI	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 4.173, de 2023, que dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior. Criticou as disparidades tributárias existentes entre cidadãos comuns e super-ricos no Brasil. Expôs que indivíduos com grandes fortunas utilizam offshores para investir no exterior e adiar o pagamento do Imposto de Renda indefinidamente, um privilégio não disponível para a maioria dos brasileiros que são taxados anualmente a partir de rendas muito mais baixas. O Parlamentar denunciou o desequilíbrio no sistema tributário, onde pessoas com altos investimentos em fundos exclusivos evitam a tributação enquanto outros pagam impostos semestralmente e defendeu o projeto que visa a iniciar a correção dessas distorções, argumentando que a justa tributação dos ricos é essencial para resolver problemas sociais e promover o crescimento econômico sustentável.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, a bancada dos banqueiros e das *fake news* tem se esforçado, dentro da bolha de uma realidade paralela, para demonstrar que nós aqui estamos prejudicando o mercado financeiro brasileiro e favorecendo a saída de capitais. Na realidade, é a situação atual que incentiva a exportação de capitais. Aqueles que têm muitos milhões para investir criam as chamadas *offshores* e fazem investimentos no exterior, cujo recolhimento eles podem adiar indefinidamente, postergar, chegando ao ponto de passar para os herdeiros, portanto, adiando indefinidamente a obrigação de pagar o Imposto de Renda, o que nós mortais comuns temos que fazer todo

ano.

Além disso, eles reinvestem os ganhos e obtêm novos ganhos em cima de um dinheiro que pertence à sociedade brasileira, aquele ganho que ele teve sobre a aplicação original, não recolheu e reinvestiu. Ele poderia deixar esse dinheiro no Brasil, nos fundos abertos. Mesmo em relação a quem tem muito dinheiro, a situação atual é de desequilíbrio tributário, porque quem tem dinheiro para investir e investe em fundo aberto paga Imposto de Renda duas vezes por ano. Quem tem dinheiro para investir e investe em fundo exclusivo, a partir de 10 milhões de reais, simplesmente não paga Imposto de Renda, porque também tem o direito de adiar indefinidamente o recolhimento. Ele só é obrigado a fazê-lo no momento em que faz o resgate, e ele não é obrigado a declarar anualmente os ganhos que obteve sobre essas aplicações.

Portanto, meus colegas, a realidade é a seguinte: no mundo do Brasil real, a partir de 2.640 reais, todo brasileiro paga Imposto de Renda; no mundo dos super-ricos, quem tem uma *offshore* não paga Imposto de Renda, quem tem um fundo exclusivo não paga Imposto de Renda. E este projeto está começando a corrigir, ainda que de maneira bastante moderada, essa enorme distorção que permite aos super-ricos brasileiros viverem numa ilha de privilégios sem pagar Imposto de Renda.

Este é o caminho que precisamos seguir: colocar os ricos para pagarem Imposto de Renda e fazer uma administração justa dos recursos, para que o Brasil possa superar seus graves problemas sociais e ter o crescimento econômico sustentável da nossa economia.

Documento 8/13

217.2023	Sessão Ordinária - CD	26/10/2023-09:24
Publ.: DCD - 10/27/2023	Ivan Valente-PSOL -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a dificuldade de tributar super-ricos e empresas em paraísos fiscais no Brasil, destacando a acentuada desigualdade social do país. Apontou que, após meses de debate durante o processo legislativo, a tributação sobre os fundos exclusivos no exterior foi substancialmente reduzida. Denunciou a forte influência dos lobbies, especialmente do agronegócio, na reforma tributária, enfatizando que esta não deve aumentar o custo de produtos essenciais nem isentar setores privilegiados. Reprovou ainda a defesa de interesses elitistas por parte da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e condenou a chantagem política que compromete as políticas sociais e públicas.

Concluiu com um apelo à vigilância rigorosa sobre os novos gestores da Caixa Econômica Federal para prevenir a corrupção.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos falar sobre a aprovação, neste plenário, ontem, de questões ligadas à taxaço dos super-ricos e das *offshore* e também sobre a reforma tributária, que está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

A primeira coisa que eu quero fazer é denunciar a chantagem que existe quando se trata de pautar temas que taxem os ricos. É impressionante o que nós vivemos num país da maior desigualdade social! O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo! Levamos 3 meses para pautar uma questão que cuida apenas, Deputado Helder, de 12 mil pessoas, os super-ricos, que têm dinheiro em paraísos fiscais, que fazem fundos exclusivos, praticamente familiares. Ainda assim, com a relatoria do Deputado Pedro Paulo, reduziu-se muito a taxaço, primeiro para 6%, até depois chegarmos a 8%. No final das contas, todos esses fundos, inclusive os acumulados, pagarão 15%, no máximo, o que é uma ninharia, porque nós estamos falando de famílias que têm, em média, 300 milhões de reais em patrimônio, investidos.

E ainda tivemos que ouvir aqui no plenário da Casa pessoas dizerem que o Governo quer acumular muito para custear o Bolsa Família, o Mais Médicos... Quando se tem a consígnia de colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda, um pouco de gente treme. Sabem por quê? Porque não têm o espírito da compaixão, não percebem o grau de pobreza que existe neste País. Há necessidade de investimento público! "*Ah, mas aumenta a carga tributária!*" É mentira. Não há aumento de carga tributária no nosso País.

De qualquer forma, foi importante aprovar a matéria, ainda que simbolicamente. O Governo Lula fará o devido uso dessa arrecadação. E espero que não sejamos mais chantageados pela maioria parlamentar do Centrão na hora de pautar questões que interessam à maioria do povo brasileiro.

A segunda questão de que eu queria tratar é a reforma tributária. Fui membro do grupo de trabalho que discutiu aqui na Casa a reforma tributária, que criou um índice de valor agregado, o IVA, que simplesmente não pode atingir uma alíquota que encareça produtos e não taxe quem precisa ser taxado. O que está acontecendo é que os grandes *lobbies* estão fazendo uma enorme pressão no Senado, como já tinham feito aqui na Câmara.

Eu queria citar um artigo de um estudioso de *lobbies* nesta Casa. Foram apresentadas no Senado 698 emendas à reforma tributária. A grande maioria delas foi apresentada dezenas de vezes, pelo *lobby* de setores que não querem pagar impostos no País. Esta é a questão central. Já existem situações especiais, várias, como o SIMPLES e a Zona Franca de Manaus, que são fundamentais,

como os produtos da cesta básica. O que se quer é isenção para setores, como o agro, que tem um *lobby* poderosíssimo aqui e no Senado Federal, como vários setores de serviços. O *lobby* é poderosíssimo! Sabe o que vai acontecer, Deputado Helder? Se subirmos a alíquota média, não vai haver uma reforma de verdade, e vejam que ela está prevista para o futuro, muito mais para criar um ambiente de negócios no País.

Quero denunciar desta tribuna que a Câmara e o Senado brasileiro não podem continuar representando interesses de uma elite mesquinha, que não paga imposto, que não quer pagar imposto, que não quer políticas sociais, que não quer políticas públicas para a grande maioria da população. E ainda fazem chantagem, como foi o caso da Caixa Econômica Federal, sobre o Governo.

Queremos denunciar que, para pautar essa matéria, o Governo teve que abrir mão da Caixa Econômica. Eu quero que sejam acompanhados com lupa esses setores que vão assumir a Caixa, porque quem acompanhou o mensalão sabe que, com 3 mil reais, fizeram o estrago inicial, o Sr. Roberto Jefferson e a corrupção. Não haverá corrupção no Governo!

Obrigado, Presidente.

Documento 9/13

217.2023	Sessão Ordinária - CD	26/10/2023-09:48
Publ.: DCD - 10/27/2023	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a aprovação de uma moção de louvor a cidadãos brasileiros combatentes contra o terrorismo em Israel, realçando o amplo apoio partidário à decisão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Ademais, adotou um tom crítico ao avaliar o cenário político brasileiro, citando um artigo recente do Financial Times para reforçar sua visão de que o país regressa às práticas de corrupção e associações criminosas, prejudicando sua imagem internacional. Adicionalmente, reprovou reformas apressadas, como a tributária, e ações do governo federal que favorecem a corrupção em vez de promover o avanço do índice de desenvolvimento humano (IDH). Por fim, alertou para um futuro onde o Brasil poderia se assemelhar a um narcoestado, dominado por um governo autoritário, caso as atuais tendências não sejam revertidas.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem

revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Colegas, ontem, na Comissão de Relações Exteriores, foi aprovada uma moção de louvor aos brasileiros israelitas, ou seja, aos brasileiros com dupla cidadania que foram para Israel combater o comunismo e o terrorismo — os dois estão vinculados, sim.

Parabéns a esses brasileiros, que bravamente se juntam às forças de defesa de Israel para combater o terrorismo!

E me alegrou muito ver o amplo apoio de Deputados da Direita, do Centro e da Esquerda, inclusive aqueles da base do Governo, a essa moção de louvor. Mesmo assim, isso não é o bastante. Não é o bastante haver decência em vários Parlamentares, porque nós não somos todos os Poderes da República. Existe o Executivo, que não se posiciona; existe um Judiciário que protege criminosos. Então, temos um sistema falimentar se aliando a tudo o que há de pior no mundo.

Não sou eu quem diz isso. O *Financial Times* até publicou recentemente que o Brasil está adotando as velhas práticas da corrupção, as velhas práticas de abraçar o crime organizado. Esse é um jornal muito importante para investidores, para pessoas que olham o Brasil com olhos de esperança. Agora esses olhos estão um pouquinho mais tristes, porque veem essa grande Nação do Ocidente voltando às velhas práticas da corrupção, liderada pelo Governo, liderada pelo Parlamento. Os chefes do nosso Parlamento vendem o nosso Parlamento.

Isso tudo compõe o cenário internacional do Brasil, a imagem internacional do Brasil, além dessas associações com grupos internacionais, com o narcotráfico, com o terrorismo. Ou seja, o Brasil está ficando um país completamente inviável.

Agora, somem a isso essas reformas que estão sendo pautadas, todas elas, no afogadilho. Vamos lembrar que nenhuma delas foi discutida. Nenhuma delas foi discutida. Foram todas feitas de forma atropelada. Em países desenvolvidos, mobiliza-se toda a população para discutir o sistema tributário, mobilizam-se todos os Deputados, em um amplo debate. Aqui tudo feito de forma atropelada. Ou seja, estão dizendo: *"Olha, o povo é imbecil e não quer discutir reforma tributária. Os Parlamentares são desqualificados, não querem discutir nada que é tributário. Então, vamos atropelá-los, vamos atropelá-los"*. Todas essas reformas estão sendo feitas assim.

Acabaram com o teto de gastos, aprovaram o "calabouço" fiscal, aprovaram a proposta de reforma tributária e agora querem tributar fundos *offshore*. Para quê? Para financiar um Governo corrupto, vinculado a terroristas e narcotraficantes. Agora vem essa coisa de imposto justiceiro: *"Ah, vamos tirar do rico para dar para a população!"* Não é nada disso! A população gostaria de ver as medidas de IDH. Alguém apresentou alguma medida de IDH

aqui? *"Olha, se tributar isso aqui da faixa mais rica, vamos aumentar isso no IDH da faixa mais pobre."* Alguém ao menos fez essa pesquisa, alguém do Governo, que está se beneficiando dessas propostas de reforma tributária? Nada disso! Esse dinheiro não vai ser usado para a população. Ele nunca chega à ponta. Esse dinheiro morre na máquina pública, morre nas oligarquias que tomam conta dos Parlamentares, tomam conta dos serviços públicos. É para isso que serve esse discurso justiceiro. E mesmo assim é um discurso errado.

Tributo tira poupança e renda da população para algum propósito específico, por um tempo determinado, com uma visão de impacto, com uma medida para ver se deu certo ou se deu errado. Nada disso está sendo oferecido aqui como contraproposta. Eles vêm com essa narrativa de justiça social, mas isso é balela. Isso é praticamente narrativa de criminoso que quer roubar de uma população inocente, que não discute questões tributárias.

Nós precisamos acordar para o sistema tributário nacional. Estamos nos tornando inviáveis. Fechem logo a bolsa! Para que ter bolsa de valores e mercado de capitais? Isso é coisa de rico bandido que manda dinheiro para fora. Temos que fechar logo a bolsa. Tributa logo todos os altos salários. Acima de 2 mil reais já virou alto salário. Tributa todo mundo, porque é tudo bandido. Não é assim que pensa a Esquerda, que quer fazer justiça social através de tributo?

Está totalmente errada essa visão. Vão afugentar as pessoas. Isso aqui vai virar terra de ninguém, uma Venezuela. O País vai acabar! Vai ficar aqui uma população completamente dependente e empobrecida. A classe média vai fugir, e um Governo tirânico vai ficar no comando do País. Esse é o modelo que eles querem criar.

Que modelo tirânico é esse? É o modelo socialista ao menos? Nada disso. É um narcoestado. Eles estão se entregando ao narcoestado. Estão usando narcotraficantes como mercenários do poder. Como eles não têm poder efetivo, nem popularidade — como foi muito bem colocado aqui pelo Deputado Coronel Chrisóstomo, eles não conseguem sair à rua de tão impopulares que são, porque o povo sabe o que eles são —, eles usam o narcotráfico para desestabilizar a população e assim adquirir poder local em rincões da nossa sociedade, para forçar eleitores a votarem neles. Estão se entregando para o poder mercenário, que depois toma conta, e não se consegue tirá-lo mais. Isso é um perigo!

Presidente e colegas, estou fazendo essa síntese aqui porque há um vínculo entre essa questão tributária, o Hamas e os grupos terroristas. Uma organização criminosa é que pensa assim, e é isso o que temos no Governo.

Obrigado, Presidente e colegas.

220.2023	Sessão Ordinária - CD	30/10/2023-18:36
Publ.: DCD - 10/31/2023	Bohn Gass-PT -RS	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que trata da reforma tributária no Brasil, ressaltando que o Governo do Presidente Lula apresentou uma proposta equilibrada que simplificará o sistema tributário, beneficiará a maioria dos municípios e poderá impulsionar o PIB do país em até 20% nas próximas duas décadas. Ele enfatizou a necessidade de coragem para enfrentar as pressões políticas e setoriais e votar a reforma no Congresso Nacional. Apelou pela coerência dos parlamentares, defendendo a responsabilidade fiscal e social, e instou a Câmara a aprovar projetos que promovam a taxação progressiva e melhorem o processo de arrecadação, garantindo assim benefícios para quem realmente precisa.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Deputada Benedita da Silva, é bom ver V.Exa. presidindo os trabalhos desta sessão no dia de hoje.

Saúdo os colegas Deputados e as colegas Deputadas.

Há 30 anos, este Congresso discute a necessidade de uma reforma tributária no Brasil. É tempo demais! Agora nós temos uma proposta. O Governo do Presidente Lula está debatendo com este Congresso, sob a coordenação do Ministro Haddad, uma proposta de reforma tributária. É a ideal? Talvez não, mas é uma proposta muito equilibrada, que trará ganhos indiscutíveis para o País.

A proposta de reforma tributária do Governo Lula vai simplificar o nosso sistema tributário, abolindo milhares de normas tributárias; vai beneficiar mais de 80% dos Municípios brasileiros; e pode representar um crescimento de 20% do PIB nas próximas 2 décadas. Sim, eu disse "20% do PIB", o Produto Interno Bruto do Brasil. Essa reforma está nas nossas mãos, aqui no Congresso Nacional. Precisamos votá-la. Sim, eu sei que há enormes pressões setoriais e políticas nesse tema. Ou temos coragem de enfrentar essas pressões ou vamos ficar mais 30 anos esperando a tal reforma tributária.

Eu vejo aqui gente repetindo o discurso fiscalista e vejo muita hipocrisia também. Vejo gente que governou por anos, nunca equilibrou as contas e agora tenta jogar nas costas do Lula essa missão. Pois bem, o Lula já disse que fará tudo que for preciso para zerar o déficit, mas não vai deixar gente com fome

para pagar aos bancos.

Esta Câmara precisa ter coerência. Se quer déficit zero, precisa votar projetos que gerem receita. Caso contrário, teremos a fórmula velha e desastrosa do tal teto de gastos, Deputada Benedita da Silva, que tanto recurso tirou, em nome da visão fiscalista, da educação, da saúde, impedindo que o País pudesse crescer. Esse teto de gastos, além de não zerar conta nenhuma, deixou 33 milhões de brasileiras e brasileiros com fome.

O meu apelo aqui é para que sejamos coerentes e façamos a nossa parte no Congresso Nacional. O que não dá é para cobrar rigor fiscal aqui no plenário e, depois, nas negociações de gabinete, aceitar todas as pressões que reduzem as receitas. Se queremos mesmo equilíbrio fiscal, o que votaremos aqui precisa caminhar nesse sentido.

Esta é a linha que o Presidente Lula está seguindo: responsabilidade fiscal e responsabilidade social. Por isso, nós já estamos conseguindo fazer com que a economia cresça. Com esse crescimento, nós precisamos de programas sociais para fazer a distribuição de renda para o nosso povo.

Projetos importantes estão aqui para serem votados. Esses projetos dialogam com a taxa progressiva de impostos, trabalham com a melhoria do processo de arrecadação, trabalham pela simplificação. É preciso fazer com que quem tem muito dinheiro pague, para que quem precisa possa ter o benefício da política pública. É o que este Congresso deve para a Nação brasileira. Este é o meu apelo.

Um grande abraço! Muito obrigado.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e registrado nos Anais da Casa.

Documento 11/13

220.2023	Sessão Ordinária - CD	30/10/2023-18:48
Publ.: DCD - 10/31/2023 -	Helder Salomão-PT -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a vitória eleitoral do Presidente Lula, celebrando o retorno da esperança ao povo brasileiro há um ano. Mencionou a solidariedade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao enviar duas toneladas de alimentos à Faixa de Gaza, evidenciando a importância de ações concretas em meio às críticas. Ressaltou avanços na reforma tributária, incluindo medidas para taxar os super-ricos e bilionários, garantindo justiça

tributária. Ele criticou a disparidade na tributação entre a população e os proprietários de bens de luxo, enfatizando a necessidade de responsabilidade nas informações. Além disso, elogiou a queda consecutiva nos preços dos alimentos durante o mandato do Presidente Lula, beneficiando as famílias brasileiras.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero aproveitar esta tarde para fazer outro registro importante.

Hoje a vitória eleitoral do Presidente Lula completa 1 ano. Há 1 ano, o povo brasileiro voltou a ter esperança, mesmo antes de o Presidente Lula assumir, porque aquela eleição foi a vitória da democracia, que estava ameaçada e que inclusive ficou ameaçada no início deste Governo, quando, no dia 8 de janeiro, de maneira absurda, violenta e desrespeitosa com a Constituição e com a democracia, alguns tentaram um golpe.

Então, hoje é um dia para celebrarmos a vitória da democracia.

Quero registrar também que o avião presidencial, carregado com 2 toneladas de alimentos doados pelo MST, foi levar ajuda para os moradores da Faixa de Gaza, que hoje estão passando fome.

Quando vejo esse gesto de solidariedade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, eu fico olhando para aqueles que fazem críticas, que pedem CPI. Lá no sul do Brasil, no Rio Grande do Sul, o MST socorreu as vítimas das enchentes. Agora, está dando essa demonstração de solidariedade internacional, possibilitando que um avião da Força Aérea Brasileira leve 2 toneladas de alimentos para aquela população. Esse é um gesto de quem efetivamente se preocupa com as crianças, com as mulheres, com as famílias que tanto precisam.

Quero também lembrar que estamos muito próximos de ter aprovada a reforma tributária no Senado — reforma tributária que criou o *cashback*; que zerou a alíquota dos produtos da cesta básica; que garantiu a permanência do SIMPLES, tão importante para a pequena e microempresa, os empreendedores individuais e os pequenos empreendedores brasileiros. É uma reforma tributária que certamente vai fazer justiça tributária no nosso País.

Na semana passada, demos mais um passo, Deputada Erika Kokay, para a aprovação de uma medida que taxa os super-ricos e os bilionários, porque, se queremos ter o déficit fiscal zerado, se queremos mais recursos para as políticas públicas, precisamos buscar recursos com aqueles que não pagam impostos.

Quero, mais uma vez, deixar registrada a nossa posição, que se contrapõe à daqueles que disseram que a votação do projeto que taxa investidores brasileiros no exterior, nos paraísos fiscais, foi um projeto para aumentar

impostos. Mentira! Foi um projeto para taxar quem não paga imposto — é diferente. Aumentar imposto é uma coisa; cobrar de quem não paga é outra coisa bem diferente. Esses que sobrevivem do rentismo, dos investimentos nos paraísos fiscais, dos fundos e que não pagam impostos, passarão a pagar a partir de agora. Com isso, teremos mais arrecadação para investirmos nas políticas públicas do nosso País.

É importante nos lembrarmos destas coisas, que, na reforma tributária, taxamos donos de helicópteros, donos de lanchas de luxo, de iates, que não pagam impostos até hoje, mas que, com a aprovação da reforma tributária, terão que fazê-lo.

Costumo dizer que o pobre, que o povo brasileiro consegue comprar o seu carrinho, sua moto, e tem que pagar imposto. E os donos das pequenas aeronaves de luxo, dos iates, das lanchas, eles não pagam impostos no nosso País.

Mas nós votamos — infelizmente, contra o voto de alguns —, e eles também terão que ser taxados, também terão que pagar os seus impostos.

Por fim, quero encerrar, Sra. Presidente, fazendo outro registro importante. Sob o comando do Presidente Lula, os preços dos alimentos apresentaram queda pelo quinto mês consecutivo. Vou repetir aqui — se alguém tem dúvida, aqueles que gostam de *fake news*, pesquise. De acordo com os dados oficiais, que estão à disposição de quem tiver um pouquinho de responsabilidade para pesquisar, sob o comando do Presidente Lula, os preços dos alimentos apresentaram queda pelo quinto mês consecutivo, coisa que não acontecia há décadas. Há décadas nós não tínhamos 5 meses seguidos de queda no preço dos alimentos. Isso, sim, é cuidar das famílias brasileiras.

Muito obrigado, Presidenta.

Documento 12/13

222.2023

Sessão Ordinária - CD

31/10/2023-15:52

Publ.: DCD - 11/1/2023 - Merlong Solano-PT -PI

BREVES COMUNICAÇÕES
BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou as projeções do mercado sobre o déficit fiscal no Brasil, destacando uma melhoria gradual na gestão fiscal nos próximos anos. Criticou a maquiagem fiscal durante o Governo Bolsonaro, ressaltando os calotes na Previdência e nos precatórios. Contrapôs a situação atual com os superávits apresentados nos Governos de Lula entre 2002 e 2013. Defendeu um processo firme de recuperação econômica e destacou a importância da reforma fiscal e

de medidas como a cobrança de imposto sobre juros e a redução das renúncias fiscais. Chamou a atenção para o papel do Congresso Nacional nesse processo, lembrando que a Câmara dos Deputados já aprovou a proposta de reforma fiscal e que a matéria está tramitando no Senado Federal.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, o chamado mercado, com seus economistas do sistema financeiro, avalia que o déficit fiscal do Brasil, o déficit primário, deverá ficar em 140 bilhões este ano; em 83 bilhões no ano de 2024; e em 69 bilhões no ano de 2025. Portanto, de maneira, ao que parece, realista neste caso, visualiza uma melhoria paulatina da nossa gestão fiscal, enxergando a impossibilidade de uma solução rápida para o problema, que vem se arrastando há muitos anos. Desde 2014, o Brasil apresenta déficit primário em suas contas fiscais, em suas contas públicas, e, mesmo os anos de Bolsonaro, em que, de forma maquiada, apresentou-se superávit primário, na verdade, se olhamos os calotes que foram dados, como o calote na Previdência, o calote nos precatórios, o cheque em branco que recebeu durante a COVID, para gastos que não entraram no resultado primário, no resultado fiscal, mostram que de fato chegamos a um déficit da ordem de 800 bilhões de reais durante o Governo Bolsonaro.

Quando Lula disse que no próximo ano talvez não tenhamos déficit zero, pareceu que o mundo ia cair. Os analistas, sobretudo os da grande imprensa, projetaram um cenário de caos. Esqueceram-se de que em todos os anos entre 2002 e 2013 o Brasil apresentou superávit primário e que, durante os Governos Lula, esse superávit foi da ordem de 2% do PIB ao ano. Isso projetado sobre o PIB brasileiro de 2022 daria a fábula de cerca de 200 bilhões de reais de superávit primário ao longo dos Governos de Lula de 2003 até 2010.

Esquecem-se de que a situação hoje é muito diferente. Lula sucede a um Governo que foi caótico, que isolou o Brasil do mundo, que desorganizou a Federação brasileira ao abrir mão de vários tipos de tributos às vésperas da eleição. É preciso, então, um processo firme e paulatino de recuperação da nossa economia, em que esta Casa tem muito a colaborar.

A reforma fiscal ainda não foi votada pelo Senado, que pretende alterar alguns pontos. Ela vai voltar para esta Casa. A cobrança de imposto sobre os juros, sobre a distribuição de lucros e dividendos, também nós já votamos, e o Senado não votou ainda. Há, portanto, uma série de leis da área da economia que nós precisamos votar, por exemplo para reduzir as renúncias fiscais, que são da ordem de 4,5% do PIB brasileiro, uma fábula de dinheiro, quase 500 bilhões de reais dos quais o Brasil abre mão, muitas vezes sem ter condições efetivas de avaliar o retorno que essa renúncia significa para o Brasil, Sr. Presidente.

Então, o caminho é uma recuperação paulatina, em que o Congresso Nacional

vote aquilo de que o nosso País precisa.

Muito obrigado.

Peço o aproveitamento do meu discurso nas redes de comunicação da Casa.

Documento 13/13

222.2023

Sessão Ordinária - CD

31/10/2023-16:12

Publ.: DCD - 11/1/2023 - Ivan Valente-PSOL -SP

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado comemorou o aniversário de um ano da eleição do Presidente Lula, criticando o Governo Bolsonaro por falhas em várias áreas como economia, meio ambiente e educação. Ele questionou o enfoque da mídia e do mercado financeiro no ajuste fiscal e defendeu a necessidade de investimento em serviços públicos. Criticou a reforma tributária e a falta de impostos sobre os mais ricos, concluindo com uma condenação do uso do Palácio do Alvorada durante o Governo Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem comemoramos um ano que Lula venceu a eleição. Acabou a devastação, acabou a destruição do Brasil! Foram 4 anos de desastre e de sofrimento no nosso País, 4 anos de exclusão social e de isolamento político.

Bolsonaro, no entanto, ainda está solto. Esse miliciano, corrupto, golpista e ladrão de joias continua solto! Ele só está inelegível, por enquanto. Não é possível que tantos ainda defendam, nesta Casa, o bolsonarismo! Houve pura destruição em todos os campos: na economia, no meio ambiente, na educação, na saúde.

Quero lembrar os Ministros do sindicato do crime, o que fez Ricardo Salles para destruir nossas florestas, nossos rios, nosso campo, além de traficar madeira. Lembremos Weintraub, na educação, e todos aqueles golpistas militares — General Heleno, trigolpista!

O Governo voltou, sim! Lula tem respeitabilidade internacional, faz o que interessa ao povo brasileiro.

O Governo tem que ter compromisso com o programa que o elegeu. Nesta Casa e fora dela, na grande mídia, só existe um discurso: o discurso do ajuste

fiscal, o discurso do corte de gastos, o discurso para que os bancos e a especulação financeira ganhem o tempo todo.

No Brasil, 99% dos especuladores da Bolsa, os "fariálimers", votaram em Bolsonaro e vão continuar votando nele. Como alguém tem a coragem de dizer que o dólar subiu e a Bolsa caiu ontem porque se disse que o déficit pode não ser zero? Isso nem deveria ser, Deputado Boulos! Não é o povo que tem que pagar a conta. É preciso educação pública, é preciso saúde! Eu quero saber de onde vão cortar. Nas prioridades que ainda nem cumpridas foram?

Essa mídia corporativa, que recebe do capital financeiro, continua falando a mesma coisa: *"É déficit zero, ou não é déficit zero?"*

Ora, volto a lembrar Bolsonaro. O que foi a farra dos precatórios, do pagamento de última hora aos caminheiros, aos taxistas? O que foi a farra do ICMS dos Estados? Cadê Paulo Guedes? Eu ouvi dizerem: *"Que saudade do Paulo Guedes!"* Esse banqueiro, que tem *offshore* no exterior, foi um destruidor da Nação! A única coisa que fez foi tirar direitos do povo brasileiro.

Enquanto isso, nós temos que discutir a reforma tributária. Eles estão, no Senado, piorando a reforma que está aqui porque, a cada vez que se cria um regime especial, aumenta-se a alíquota do IVA. Ela está aumentando porque eles querem inviabilizá-la. Rico não paga imposto neste País e não quer pagar imposto nem sobre *offshore*, nem sobre os fundos exclusivos, imposto que se reduziu muito, mas, mesmo assim, passou alguma coisa. Aqui não se paga imposto sobre lucros e dividendos. Na verdade, o Brasil precisa encontrar seu futuro, mas não com essa turma.

A manchete dos principais jornais de hoje é a seguinte: *"Mauro Cid diz que Bolsonaro queria esconder Oswaldo Eustáquio debaixo da cama dele, lá no Alvorada"*. O Alvorada, na era Bolsonaro, também virou um covil de bandidos.

Viva Lula!

Viva o Governo!